



Rua Antônio Pereira, 161  
Cep: 83221-030 Paranaguá - PR  
Tel. (41) 3420-1142 - Fax (41) 3420-1360  
www.autoridadeportuaria.pr.gov.br  
E-mail: cappingua@pr.gov.br

## 195ª. REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de junho de 2010, na sala de reuniões do CAP em Paranaguá - PR, às 09h30min, sob a presidência do Sr. Antonio Alfredo Matthiesen, reuniu-se o Conselho de Autoridade Portuária (CAP) do Porto de Paranaguá, com a presença dos **Conselheiros**: Mário Marcondes Lobo Filho, Maurício Vitor de Souza, Ivany Marés da Costa, Carlos Oliveira da Velha Filho, Carlos Alberto Silveira Calvo, Michael Martins da Silva, Sandro Flores Monteiro, Persio Souza de Assis, Edson César Aguiar, Marco Aurélio Chapaval, Herber Soares de Freitas, Antonio Carlos Bonzato, Cristian César de Oliveira, Wilson Moraes da Silva, Ismael Alves Pires Neto, Luiz Antonio de Camargo Fayet, Airton Galinari, Juarez Moraes e Silva e Blásio José München; **Convidados**: Fernando Müller - Delegacia da Receita Federal, Comandante Pacheco - Capitania dos Portos e Nilson Hanque de Camargo - FAEP; **Justificativas de ausência**: Conselheiros: Maria do Socorro Oliveira, Zulfiro Antonio Bósio, Hário Mirzo Tieppo Junior, Cláudio Fernando Daudt e Joaquim Medeiros Chianca Fernandes; **1 - ABERTURA DOS TRABALHOS** - O **Presidente** deu início à reunião agradecendo a presença de todos. **2 - DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ATA RELATIVA À 194ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CAP** - Secretaria do Conselho, que depois de recebida e analisada pelo colegiado, foi aprovada por unanimidade; **3 - POSSES** : *Bloco do Poder Público* - Conselheiro **MÁRIO MARCONDES LOBO FILHO** - Representante Titular do Governo do Estado; *Bloco dos Usuários dos Serviços Portuários e Afins* - Conselheiro **LUIZ ANTONIO DE CAMARGO FAYET** - Representante Titular dos Exportadores e Importadores de Mercadorias, Conselheiro **AIRTON GALINARI** - Representante Suplente dos Exportadores e Importadores de Mercadorias; **4 - INFORMAÇÕES GERAIS**; **4.1 - INFORMAÇÕES SOBRE O ANDAMENTO DAS ATIVIDADES DO GRUPO DE TRABALHO DA APPA, PARA OBTENÇÃO DE LICENCIAMENTOS AMBIENTAIS DO PORTO**: Representante Titular do Governo do Estado e Superintendente da APPA - Conselheiro **Mário Marcondes Lobo Filho** informou da criação de um Núcleo para Licenciamentos Ambientais do Porto, composto por representantes da Administração do Porto, dos CAP's de Paranaguá e de Antonina, da Praticagem e sob a coordenação do Capitão dos Portos - CMG Rios. Relatou das reuniões realizadas, primeiramente na Superintendência Regional e posteriormente com a presidência do IBAMA, em Brasília, onde foram muito bem recebidos e se discutiu, além de outras questões, a necessidade de se repactuar o Termo de Compromisso assinado no ano passado, no sentido de convalidar as licenças ambientais vigentes expedidas pelo IAP. Informou que alguns integrantes deste Núcleo estiveram em reunião ontem, em Brasília, e o Cons. Juarez poderá contribuir com novas e demais informações acerca da reunião e do assunto. **Cons. Juarez** fez um breve relato da reunião ocorrida entre a APPA e o IBAMA dizendo que houve um entendimento para que a APPA encaminhasse documentação em resposta ao ofício do IBAMA, no sentido de justificar, até o próximo dia 21, o não cumprimento de contratação dos estudos de impacto ambiental pela APPA. Após esse procedimento e diante de outros argumentos apresentados pela APPA, o IBAMA se comprometeu a convalidar a licença do IAP até dezembro, até que a Licença de Operação seja emitida, ou uma Licença de Operação precária somente para a dragagem de manutenção. Foi um compromisso assumido, ficando agendada uma próxima reunião com a participação do IAP e composição de um grupo de representantes desses órgãos, para levarem esclarecimentos junto ao Ministério Público para que não houvesse mais nenhum embargo. Registrou que a Praticagem se comprometeu em contribuir, cedendo para estudos, a realização das batimetrias do porto, evitando assim maior perda de tempo. **Cons. Airton** indagou se renovando o Termo de Compromisso, haverá prazo maior para entrega dos estudos. **Cons. Mario** informou que quem está coordenando o trabalho da Comissão é uma pessoa influente dentro do IBAMA, o que de certo modo favorece, pois entende que a dragagem de manutenção se insere na licença de operação do Porto o que já considera um ponto positivo. A contratação da dragagem dos berços deverá ser efetuada emergencialmente, face sua urgência. Quanto a

dragagem de manutenção do canal, esta será licitada enquanto a aquisição da draga própria ficará esperando a decisão judicial. **Cons. Michael** perguntou quais serão as referências para a dragagem emergencial, já que há um novo regulamento de janelas complementares e outros detalhes que deverão ser debatidos no futuro e por uma questão de planejamento considera muito importante para o usuário saber quais as eventuais profundidades de cada berço. **Cons. Fayet**, sobre a questão do licenciamento do porto disse que por não ter sido resolvido pela APPA durante os sete anos passados, agora deverá ser pago um preço muito alto, mas acredita que com o empenho da nova Superintendência e a iniciativa em solucionar os problemas certamente será encontrada uma solução o mais breve possível e, de sua parte, tudo procurará fazer para ajudar a nova administração portuária. A sua preocupação é de que por causa de uma sucessão de erros cometidos, os usuários paguem uma conta que já está paga. A aquisição da draga economicamente não se justifica, não dá fluxo de caixa e não é função do porto, é um problema para ser resolvido por especialistas, citou como exemplo o Plano Nacional de Dragagem da SEP. Ressaltou a necessidade de se ter cautela na busca de soluções, em razão dos riscos que existem diante de ações emergenciais, porque podem determinar uma responsabilização da Autoridade Portuária. Para tanto, sugeriu imediatamente licitar a batimetria, que pode ser fracionada, primeiro dos berços e depois uma geral, de maneira que se cumpra o que determina a legislação dentro das diretrizes estabelecidas pela SEP, mas realmente não vê como fugir da decisão emergencial. **Cons. Sandro** disse que o mínimo que se espera até o início de 2011 é que o Porto de Paranaguá encontre uma solução para a questão da dragagem dos berços, que é a prioridade máxima para que o porto consiga ficar em condições de competir com outros portos. Sugeriu que se aproveitasse o momento da discussão e a presença dos representantes de diversas entidades, para que se posicionassem no sentido de manifestar apoio à APPA, na adoção de medidas emergenciais para a dragagem nos berços. Relatou da existência de várias cartas de protestos de comandantes de navios que fundamentam a dragagem como de caráter emergencial e se esta não acontecer, proporcionalmente os prejuízos serão bem maiores que as despesas efetuadas com a mesma. **Cons. Mário** em resposta ao Cons. Michael, disse que sua preocupação sobre os padrões da dragagem é pertinente. Embora não tenha no momento uma resposta exata dos padrões mínimos para cada berço, informou que a equipe técnica da APPA está construindo um plano estratégico de dragagem, estabelecendo uma espécie de cronograma de padrões mínimos para que os futuros gestores possam seguir, inclusive acha interessante trazer esse plano para discussão no Conselho. Em resposta ao Cons. Fayet, disse que entende sua preocupação sobre as responsabilidades que lhe trará uma contratação por emergência, mas acredita que não tem como não arcar com as mesmas, face aos problemas nos berços, enfrentados pelas embarcações que atracam no Porto de Paranaguá e também em função da grande safra prevista. Portanto, há necessidade de se ter um ganho logístico imediato para solucionar esses problemas. **Cons. Juarez** disse que a batimetria que a Praticagem vai oferecer para efeito de modelagem do estudo ambiental é perfeita, mas, para efeito de Edital de Licitação, tem que ser uma batimetria homologada pelo Centro de Hidrografia da Marinha e, portanto, não se foge da contratação de uma empresa especializada para batimetria. Sobre a aquisição da draga própria e a questão polêmica de estudo de viabilidade econômica e também a questão técnica, propôs em conjunto efetuar uma análise do estudo de viabilidade econômica. **Cons. Blásio** fez uma breve apresentação e explanação sobre uma obra para construção, pela empresa Martini Meat, de um pátio para estacionamento de caminhões, a qual foi embargada pelos órgãos ambientais, alegando questões relacionadas a licenciamentos ambientais. O **Presidente** informou que dentro do cenário crítico dos licenciamentos ambientais, notícias boas já começaram a aparecer com o grupo de trabalho que a Autoridade Portuária formou, podendo se destacar a possibilidade de revalidação da licença do IAP até que se obtenha o licenciamento definitivo. 4.2 - **INFORMAÇÕES ACERCA DO ANDAMENTO DOS TRABALHOS DO NÚCLEO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA APPA** - Representante Titular dos Proprietários e

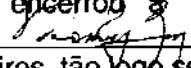


CONSELHO DE AUTORIDADE  
PORTUÁRIA DO PORTO DE  
PARANAGUÁ

Rua Antônio Pereira, 161  
Cep: 83221-030 Paranaguá – PR  
Tel. (41) 3420-1142 – Fax (41) 3420-1360  
www.autoridadeportuaria.pr.gov.br  
E-mail: cappgua@pr.gov.br

Consignatários de Mercadorias e Integrante do Núcleo – Conselheiro Cláudio Fernando Daudt; a abordagem do assunto foi transferida para a próxima reunião, face a ausência do Cons.Daudt e da cons. Maria do Socorro – coordenadora do Núcleo. **4.3 - ORDENS DE SERVIÇO N.ºs 093 E 098/2010-APPA (ABASTECIMENTO DE NAVIOS ATRACADOS e REGULAMENTO DE JANELAS DE ATRACAÇÃO PARA OS BERÇOS 202 e 208)** – Representante Titular do Governo do Estado e Superintendente da APPA – **Conselheiro Mário Marcondes Lobo Filho**, sobre a OS 093/2010, disse que escutou todos os setores envolvidos e não houve nenhuma objeção, portanto, os abastecimentos poderão ser efetuados durante as operações, o que, em princípio não acarretará nenhum problema. Ficou melhor para o prestador de serviço ligado a Petrobrás e reduzirá custos aos envolvidos na operação. Havia uma objeção inicial por parte do TCP, mas face ao contido na Ordem de Serviço o assunto foi solucionado. Ressaltou que essas operações poderão ser feitas durante as operações de embarque, mas não poderão servir de alguma escusa para o descumprimento de prancha ou de Normas de Janelas de Atracação. Sobre o Regulamento de Janelas de Atracação disse que essa O. S. foi uma resposta a duas contingências: a primeira é de que havia de certo modo, ociosidade em alguns berços, principalmente no 202 e 208 e a outra é que recebeu reclamações de alguns Armadores dizendo que estavam retirando de Paranaguá linhas que atendem algumas rotas importantes, e a solução encontrada para solucionar os dois assuntos foi a de permitir que navios full containers com equipamentos de bordo possam utilizar esses berços através da abertura de Janelas de Atracação, dando garantia aos armadores para o restabelecimento dos serviços, sendo que o retorno já foi confirmado por alguns armadores. O restabelecimento de rotas e a conquista de novas é uma das metas que deverá ser intensificada pela Administração. **Cons. Michael** disse ser louvável a iniciativa em estabelecer uma alternativa para as operações no TCP, mas face o cenário que está envolvido justamente nesse regulamento, deverá se seguir uma filosofia consistente com tudo que se tem falado nos últimos anos, do ponto de vista do armador, principalmente relacionado aos navios porta contêiner. Dentro dessa ótica deverá se ver a realidade dos berços, o que certamente dificultará algumas operações é o fato da impossibilidade de se operar com MHC. Outro fato importante observado nos dois últimos meses, em função da barra fechada, é a carga represada há três semanas e a iniciativa dos detentores de janelas em fazer uma segunda atracação. O regulamento é reservado para quem não tem janela, portanto tem que haver mais diálogo entre os Operadores Portuários, o TCP e a APPA para equacionar a questão. **Cons. Juarez** disse que as preocupações do Cons.Michael são pertinentes mas é uma questão a ser discutida em uma mesa para os ajustes. Cumprimentando a APPA pela atitude rápida tomada, disse que é uma solução que não resolve no todo de imediato, mas já ajuda e sinaliza ao mercado com uma tendência, são ações que deverão ser estrategicamente construídas. Informou que dentro do projeto de cabotagem já existe um pedido da CMA-CGM para fazer também uso desse serviço. Sobre o abastecimento dos navios disse que foi uma questão surgida de uma manifestação da comunidade, inclusive do TCP e também que é o cumprimento de uma Portaria da DPC da Marinha do Brasil, que normatiza o abastecimento de navios, porque muitos abastecimentos eram realizados sem o cumprimento das exigências de operação determinadas pela própria Marinha e assim o risco era tanto do Operador como do terminal e do armador, enfim de todos. **Cons. Sandro** lembrou que existe uma Portaria do CONAMA, que responsabiliza o terminal ou o Operador Portuário e não a empresa abastecedora, o agente ou o armador que é o responsável pela operação. Portanto o mínimo que se espera é que a empresa responsável pelo abastecimento obedeça a legislação. **Cons. Mario** informou que foi comunicado pelo Capitão Rios sobre o encaminhamento de um estudo que atualmente está no DPC, aguardando aprovação para atracação de navios com 301 metros de comprimento. Tão logo aprovado, se passará para o passo seguinte que é a segunda escala que deverá contribuir também com um alívio para algumas questões. **Cons. Fayet** disse que a discussão sobre a dragagem de berços foi extremamente oportuna, e como se corre contra o tempo, sugeriu o

encaminhamento de uma moção de apoio à APPA sobre as providências emergências que deverão ser urgentemente tomadas para a questão da dragagem, e a segunda questão é como se deve proceder com relação a batimetria junto aos órgãos ambientais e principalmente a Capitania para um procedimento dessa natureza. **Cons. Juarez** disse que a situação de emergência se sustenta pelas cartas de protestos recebidas pelos Operadores dos comandantes de navios, que tem duas derivativas uma as questões de riscos operacionais e outra pelos riscos ambientais. O **Presidente**, após aprovação unânime do Conselho, informou que será encaminhada moção de apoio à APPA, no sentido da adoção de medidas emergenciais para a dragagem dos berços do porto de Paranaguá; **5 - EXPEDIENTE: 5.1 - Relatório Operacional da APPA; Relatório de Atividades do OGMO; 5.3 - Correspondências Expedidas e Recebidas; Cons. Fayet** informou que no próximo dia 29 estará participando de audiência pública no Senado Federal sobre o "apagão" portuário e também registrou sua participação em audiência pública na ANTAQ, onde a Confederação da Agricultura ingressou com uma sugestão da eliminação de cobrança de ágios nas concessões de portos públicos, cujo material será encaminhado aos Conselheiros. Chamou a atenção para a Medida Provisória aprovada pelo Senado Federal a respeito da contratação de transporte rodoviário de cargas que responsabiliza solidariamente tanto o consignatário como o proprietário da carga, o que estão tentando reverter judicialmente. Outra questão é sobre a tolerância da distribuição da carga por eixo, dizendo que a CNA tem atuado neste processo através da Associação dos Usuários, solicitando uma ampliação do prazo para entrar em vigor o estabelecido pelo CONTRAM, porque observou-se que as variações são brutais, face as características técnicas dos veículos e das vias de transportes. **Cons. Ivany** chamou a atenção para a notícia sobre os investimentos que a empresa Catallini estará efetuando na cidade, o que considera uma notícia extremamente positiva, no entanto achou lamentável a manchete em destaque no Jornal "Folha de São Paulo" sobre uma entrevista efetuada com um técnico da FAEP, através da qual diz que o Porto de Paranaguá é o principal entrave ao Agronegocio no Estado do Paraná. Entende que se trata de uma matéria que se perde em várias considerações e com repercussão negativa para a cidade e para o Porto de Paranaguá, principalmente por ser um novo momento em que a Administração Portuária tem sido mais acessível e atuante e precisa do apoio de todos. **Cons. Fayet**, sobre a entrevista do representante da FAEP, disse que se trata de uma posição oficial da Federação da Agricultura do Paraná e da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, porque os prejuízos são assumidos pelos usuários e considera uma falta de cidadania o fato daqueles que tem o poder para falar ficarem em silêncio e aceitarem impunemente os desmandos. O Sr. **Nilson Camargo** representante da FAET disse que as críticas são sempre bem vindas principalmente se o objetivo é para o bem comum, no entanto essa manifestação já foi dita em outras oportunidades, principalmente nos meios de comunicação estaduais. Salientou que quem está pagando a conta desses gargalos são os usuários do porto e a FAEP, como representante do maior usuário do porto foi procurada para dizer a verdade. **Cons. Mario** disse que compreende as dificuldades enfrentadas pelo Agronegócio que é um importante cliente para o Porto de Paranaguá e por ter sido a grande âncora para o impulso do crescimento da economia brasileira nas últimas décadas, teria merecido um tratamento nacionalmente melhor dos operadores logísticos. Os representantes da FAEP estão cumprindo o seu papel, fazendo as considerações que acham por bem fazer. O Porto de Paranaguá sempre foi o grande porto do Agronegócio brasileiro e esta parceria esteve estremecida nos últimos anos, o que deve ser resgatada e os problemas superados. Sobre o apagão logístico diz que a matriz do transporte no Brasil está muito complicada porque os investimentos na infraestrutura somente agora estão sendo reiniciados. Alguns problemas logísticos como Receita, Pedágio, Ferrovia, que independem do porto, acabam sendo direcionados como sendo do mesmo e assim prejudicando a sua imagem e o prestador de serviço vive muito de sua imagem. Portanto, agora que é um novo momento e é importante que, sem desmerecer as críticas, se construa uma situação de diálogo e se mostre uma boa imagem do

porto, para o que, solicita a colaboração de todos. **Cons. Ivany** salientou que nunca se calou para os desmandos ocorridos no passado, ao contrário, como colunista de um jornal local, por muitas vezes criticou a Administração do Porto, porém, entende que o momento é outro, onde se instalou uma relação harmoniosa entre a comunidade portuária e, desta forma, a crítica veio num momento impróprio, trazendo uma imagem negativa do porto. Corroborou com o Cons. Mario, pedindo que se discutissem as questões internamente e que se preocupassem e buscassem uma imagem positiva do porto, que, ao mesmo tempo reflete a imagem da comunidade portuária e da cidade de Paranaguá. **Cons. Sandro** propôs ao Conselho a expedição e encaminhamento de uma moção à Secretaria de Segurança Pública ou ao Governador do Estado, destacando a importância para o Porto de Paranaguá da manutenção da Companhia Portuária da Polícia Militar, que está em vias de extinção, face um projeto de reestruturação da PM, que está a caminho da Assembléia para aprovação. **Cons. Blásio** destacou o excelente trabalho desenvolvido pela comissão responsável pela questão do licenciamento ambiental, trazendo ao Porto de Paranaguá uma nova oportunidade para resgatar a sua credibilidade junto dos órgãos ambientais. Outra questão é a de convencer e sensibilizar a todos os participantes, usuários e clientes para fazer o rateio das despesas que virão em função dessas atitudes que certamente tornarão o Porto de Paranaguá novamente mais competitivo. Solicitou também o encaminhamento de uma moção de reconhecimento e agradecimento ao Sr. Fernando Muller, pelos relevantes serviços prestados a comunidade portuária, uma vez que o mesmo foi aprovado em concurso interno da Receita Federal e não mais a representará neste Conselho. **6 - ASSUNTOS GERAIS** - O **Presidente** Nada mais havendo a tratar, e agradeceu a presença de todos e encerrou a 195ª. Reunião Ordinária, tendo eu Vitor Roberto Muller Bernardi , lavrado a presente Ata, que vai assinada por mim e pelos Conselheiros, tão logo seja aprovada.

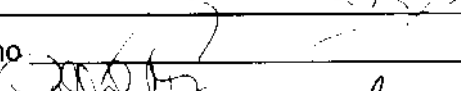
**Conselheiros:**

Antonio Alfredo Matthiesen 

Mario Marcondes Lobo Filho 

Maurício Vitor de Souza 

Ivany Marés da Costa 

Carlos Oliveira da Velha Filho 

Carlos Alberto Calvo 

Michael Martins da Silva 

Sandro Flores Monteiro 

Pérsio Souza de Assis 

Edson Cesar Aguiar 

Marco Aurélio Chapaval 

Herber Soares de Freitas 

Wilson Moraes da Silva 

Carlos Antonio Bonzato 

Luiz Antonio de Camargo Fayet 



Rua Antônio Pereira, 161  
Cap: 83221-030 Paranaguá - PR  
Tel. (41) 3420-1142 - Fax (41) 3420-1360  
www.autoridadeportuaria.pr.gov.br  
E-mail: cappgua@pr.gov.br

Ismael Alves Pires Neto \_\_\_\_\_

Juarez Moraes e Silva \_\_\_\_\_

Blásio José München \_\_\_\_\_

Cristian César de Oliveira \_\_\_\_\_

Airton Galinari \_\_\_\_\_

**Convidados:**

Comandante Pacheco - da CPPR

Fernando O. S. Müller - da RFB

Nilson Hanque de Camargo - FAEP